



**PARECER PRÉVIO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11786/2016.**

**Apenso:** Processo nº 13572/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manacapuru.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** Sr. Jaziel Nunes de Alencar – Prefeito Municipal de Manacapuru.

**6- Advogado:** Não Possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 404/2017-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls.3829/3830).

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** das contas anuais do **Senhor Jaziel Nunes de Alencar**, na qualidade de Agente Político, em razão das irregularidades listadas acima, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Manacapuru, que desaprove a Prestação de Contas anual, referente ao exercício de 2015, do prefeito do município.



**PARECER PRÉVIO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Agosto de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Conselheiro-Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11786/2016.**

**Apenso:** Processo nº 13572/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manacapuru.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsável:** Sr. Jaziel Nunes de Alencar – Prefeito Municipal de Manacapuru.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 404/2017-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls.3829/3830).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2015.

Alcance. Irregularidade. Multa.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Considerar em Alcance** o senhor **Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru** e Ordenador de Despesas, à época, no valor de R\$ 15.227.507,28 (quinze milhões, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e sete reais e vinte e oito centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, em razão das seguintes impropriedades:

**9.1.1** restrição nº. 07: alcance do montante de R\$ 1.496.749,75, referente aos valores registrados a maior no Balanço Financeiro, não comprovados nos extratos bancários;

**9.1.2.** restrição nº. 12: alcance do montante de R\$ 6.207.435,15, referente aos valores registrados a menor no Balanço Financeiro, conforme artigo 304, incisos II e VI da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE;



**ACÓRDÃO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**9.1.3.** restrição nº. 42: alcance, com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, o montante de R\$ 7.523.322,38, face à nulidade das contratações realizadas com a empresa A F DOS SANTOS E CIA LTDA;

**9.1.4.** Devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão **Prefeitura Municipal de Manacapuru** por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

**9.2. Julgar irregular a Prestação de Contas** do senhor **Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru** e Ordenador de Despesas, à época, em razão das impropriedades listadas neste voto, que devem ser partes integrantes da Decisão, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Manacapuru, referente ao exercício de 2015;

**9.3. Aplicar multa** ao Senhor **Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru** e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas neste voto nos itens de nºs. 01, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47 e 49 do Relatório Conclusivo nº. 127/2016 – DICAMI, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ por descumprimento



**ACÓRDÃO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, para que o senhor **Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru** e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

**9.4. Recomendar** ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente junto ao Ministério Público Estadual os ilícitos cometidos pelo senhor **Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru** e Ordenador de Despesas, à época, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do artigo 129, da CR/1988, c/c os artigos 114, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-RITCE.

**9.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**9.5.1.** encaminhe à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.5.2.** notifique o Senhor Jaziel Nunes de Alencar, Prefeito Municipal de Manacapuru e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

**9.5.3.** após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**10- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de Agosto de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 53/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral